

Quarta-feira, 23 de novembro de 2016

DESTAQUE

O [Portal Planalto](#) destaca que o presidente Michel Temer determinou nesta terça-feira (22) a criação de um grupo de trabalho para estudar a transferência de terras da União para o estado de Rondônia. Evitar conflitos ao acelerar a regularização fundiária na região é o principal objetivo do estudo. A solicitação foi feita pelo governador Confúcio Moura, junto com integrantes da bancada parlamentar federal e estadual de Rondônia. [Leia mais.](#)

AGRICULTURA FAMILIAR E AFINS

23/11 – NOTICENTER/SC: [Produtores de tabaco investem no plantio de milho, feijão e pastagem em SC](#)

22/11 – AGROLINK/SP: [Feiras abordam tecnologia, inovação e agricultura familiar até quinta](#)

23/11 – AGÊNCIA BRASIL/DF - [Governo estuda medida provisória com novo marco legal da reforma agrária](#)

23/11 – DIÁRIO DA AMAZÔNIA - [Transferência de terras para Rondônia em estudo](#)

22/11 – ESTADÃO/SP - [Planalto estuda MP para apressar regularização de terras](#)

22/11 – CANAL RURAL/SP - [Índios, quilombolas e pescadores protestam no DF](#)

INSTITUCIONAIS

22/11 - PORTAL SEAD – [Sead contribui para o desenho de políticas para a juventude rural](#)

22/11 – PORTAL INCRA/DF - [Reconhecimento da ONU impulsiona cooperativa de assentados em Terenos \(MS\)](#)

MATÉRIAS NA ÍNTEGRA

23/11 – NOTICENTER/SC - Produtores de tabaco investem no plantio de milho, feijão e pastagem em SC

Produtores de tabaco estão diversificando a produção e garantindo mais renda no meio rural. Na última safra, mais de 65 mil hectares da área plantada de tabaco foram destinados, após a colheita, à produção de milho, feijão ou pastagem em Santa Catarina.

Para incentivar os fumicultores a fazerem a rotação de culturas, a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca e o Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (SindiTabaco) renovaram a parceria para execução do Programa Milho, Feijão e Pastagens Após a Colheita do Tabaco. O Programa acontece em toda região Sul e, na safra passada, R\$ 650 milhões foram injetados na economia com o plantio de 152 mil hectares de milho e feijão na resteva do tabaco. Estimativas do Sinditabaco indicam que em Santa Catarina, o Programa aumentou a renda dos produtores em mais de R\$ 200 milhões. Até o início do próximo ano, as lavouras de fumo desocupam as áreas e os produtores ficam com espaço disponível para cultivar feijão, milho e pastagens até o início do inverno.

O plantio após a colheita do tabaco reduz os custos de produção dos grãos e pastagens, pois ocorre o aproveitamento residual dos fertilizantes aplicados. Assim existe uma redução de custo na produção de proteína (carne, leite e ovos). Outros benefícios são a proteção do solo contra a erosão e a interrupção do ciclo de proliferação de pragas e ervas daninhas.

O vice-presidente de Produção e Qualidade de Tabaco do Sinditabaco, Claudimir Rodrigues, destaca que intenção do Programa é levar o desenvolvimento econômico, social e ambiental aos produtores de tabaco do Sul. Com a diversificação de culturas, os agricultores são estimulados a investirem em outras atividades que podem vir a se tornar importantes fontes de renda para a propriedade rural.

Para operacionalizar o Programa em Santa Catarina, a Secretaria da Agricultura oferece a orientação técnica aos produtores, através da Epagri, e fornece as sementes de milho, por meio do Programa Terra-Boa. A Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), e as Federações da Agricultura e dos Trabalhadores na Agricultura também são parceiros na execução do Programa.

Produção de Tabaco em SC

A Região Sul é responsável por 98% da produção brasileira de tabaco, sendo Santa Catarina o segundo maior produtor do país. Nos três estados do Sul, a produção de fumo é realizada em regime de integração com a indústria e, assim, o plantio se dá de acordo com as necessidades internas e de exportação.

Segundo dados do Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (Epagri/Cepa), em Santa Catarina são 44 mil fumicultores, com 116 mil hectares plantados, responsáveis pela produção de 255,9 mil toneladas em 2014. As exportações chegaram a 78 mil toneladas em 2014, um rendimento de US\$ 535 milhões. O tabaco respondeu por 5,4% das exportações da região Sul e por 7,1% de tudo o que foi exportado por Santa Catarina em 2015. Quase 90% da produção de tabaco é exportada, o que representa US\$ 2 bilhões.

[Leia no site](#)

22/11 – AGROLINK/SP - Feiras abordam tecnologia, inovação e agricultura familiar até quinta

Foi iniciado nesta terça-feira (22) em Nova Andradina - cidade localizada a 300 km de Campo Grande - duas feiras que abordam tecnologia e agricultura. Os eventos acontecem até quinta-feira (24) no campus de Integração Tecnológica da Finova (Fundação Instituto de Tecnologia e Inovação de Nova Andradina).

A TecNova (Feira de Tecnologia e Inovação) e Feiraf (Feira Regional de Agricultura Familiar) acontecem simultaneamente, reunindo especialistas, empreendedores, acadêmicos, profissionais e autoridades de todo o Mato Grosso do Sul, principalmente da região Vale do Ivinhema.

O foco das feiras, iniciativa da prefeitura de Nova Andradina, Finova e secretarias de Meio Ambiente, Desenvolvimento e Planejamento, é fomentar a ciência, tecnologia e inovação na agricultura familiar - modalidade econômica muito forte na região e que nos assentamentos, como o Casa Verde, são exemplos de desenvolvimento. "Nova Andradina tem um trabalho precursor de legislação que hoje está sendo discutido em âmbito estadual. E com esta proposta de constituir projetos produtivos e úteis à sociedade, já colhe dividendos para o município, para região e o Estado, através da Finova", frisa o reitor do IFMS (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul), Luiz Simão Staszczak.

Na mesma linha, o secretário de Estado de Produção e Agricultura Familiar, Fernando Lamas, ressalta a transformação que a região de Nova Andradina sustenta ao instituir de forma pioneira, instrumentos de apoio à produção e à melhoria da produtividade do setor. "Com uma localização geográfica extremamente bem posicionada no contexto do Estado, Nova Andradina é referência em um modelo de cooperação que reúne instituições de ensino, cooperativas e toda a rede de assistência técnica. Ação que, tem alavancado o desenvolvimento da região", destaca o secretário.

Na programação da TecNova e Feiraf, constam debates sobre financiamento da agricultura familiar, compras governamentais, assistência técnica, tecnológica e ambiental, além do papel das universidades na assistência à agricultura familiar.

Também integra a programação do evento a exposição de artesanato e alimentos da agricultura familiar. Gratuito, o evento é aberto a toda a comunidade escolar do município de Nova Andradina.

[Leia no site](#)

23/11 – AGÊNCIA BRASIL/DF - Governo estuda medida provisória com novo marco legal da reforma agrária

Danyele Soares

O presidente Michel Temer estuda enviar ao Congresso Nacional uma medida provisória para estabelecer um novo marco legal da reforma agrária. A ideia é simplificar o processo. A iniciativa foi anunciada após reunião de Temer com o governador de Rondônia, Confúcio Moura, que pediu mais celeridade na regularização de terras no estado.

O presidente do Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Leonardo Goes afirma que o governo pensa em formas de diminuir a burocracia e que o texto já está em fase final. O governador de Rondônia afirma que a medida provisória deve resolver problemas fundiários, já que a maior parte das terras do estado pertencem ao governo federal.

O governador pediu a regionalização dessas terras e ainda destacou, o que chamou, de situação dramática dos conflitos no estado nas áreas produtivas. afirmou que Rondônia é a unidade da federação, onde há mais mortes por causa de terras. Segundo ele, só este ano 45 pessoas foram assassinadas dentro ou fora de assentamentos e ocupações.

[Leia no site](#)

23/11 – DIÁRIO DA AMAZÔNIA - Transferência de terras para Rondônia em estudo

O presidente da República, Michel Temer, determinou ontem a criação de um grupo de trabalho para estudar a transferência de terras da União para o estado de Rondônia. Evitar conflitos ao acelerar a regularização fundiária na região é o principal objetivo do estudo.

A solicitação foi feita pelo governador Confúcio Moura, junto com integrantes da bancada parlamentar federal e estadual de Rondônia. Moura apresentou ao presidente diversas propostas para acelerar a regularização fundiária em Rondônia e na Amazônia Legal.

Além de solicitar a transferência das terras devolutas da União para o Estado, que ficaria responsável por fazer a regularização dessas áreas, ele também solicitou a transferência da tramitação do processo de instrução do Programa Terra Legal para o Estado. “Eu tenho certeza que conseguiremos fazer esse trabalho com metade do orçamento que tem sido destinado ao programa Terra Legal e com muito mais rapidez”, disse o governador, que também apresentou um relatório da situação fundiária e dos conflitos agrários no Estado.

O presidente Temer determinou a criação de um grupo de trabalho para estudar a transferência das terras devolutas da União para o Estado e disse que o governo está editando uma Medida Provisória para agilizar a regularização fundiária em todo o País e, especialmente, na Amazônia Legal. De acordo com Temer, as propostas apresentadas pelo governador e parlamentares de Rondônia serão avaliadas pela equipe técnica da Casa Civil que está redigindo a MP. Ele assumiu compromisso de compartilhar com os Estados os procedimentos de regularização. “Precisamos nos unir para tirar o Brasil da crise e só vamos conseguir avançar na regularização fundiária se trabalharmos de forma compartilhada com os Estados e municípios”, sentenciou Temer.

Governador quer reforço da segurança nacional

O governador Confúcio Moura também solicitou reforço da Força de Segurança Nacional para conter os conflitos agrários e para fazer as reintegrações de posse determinadas pela Justiça. Segundo Moura, o Governo Federal precisa restabelecer o diálogo com os agricultores e movimentos sociais legítimos, ampliar as políticas públicas no campo, e ajudar o Estado a combater grupos armados que usam táticas de guerrilhas para estimular conflitos agrários.

“Esses grupos estão crescendo em Rondônia e as situações de conflitos se multiplicaram nos últimos meses”, salientou o governador.

De acordo com o comandante da Polícia Militar em Rondônia, coronel Eneidy Dias de Araújo, neste ano já foram realizadas 69 reintegrações de posse em áreas de conflitos agrários, e 52 processos de reintegração de posse estão pendentes. O Estado já registrou 45 mortes em conflitos agrários neste ano.

Existem no Estado 106 assentamentos reconhecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e 35 acampamentos de ocupação de terras em litígio, além de mais das 70 ocupações irregulares. Quase 200 mil pessoas vivem nesses assentamentos e acampamentos. Além disso, mais de 90 mil propriedades rurais de agricultores que estão há mais de 30 anos de posse da terra aguardam a regularização fundiária. "O problema é grande e a morosidade na regularização fundiária só tem aumentado a violência no campo", frisou o comandante da PM.

Parlamentares cobram mais agilidades do governo

O senador Sebastião Valadares (PDT-RO) protocolou documento com as sugestões já enviadas ao Governo Federal pelo senador Acir Gurgacz, mesmo partido, que está licenciado. No documento, o senador diz que "o Governo Federal precisa fazer uma regularização fundiária pra valer e na prática, sem rodeios, sem ideologia e sem usar os agricultores posseiros como massa de manobra".

"Precisamos levar segurança jurídica para o campo para tirar nossos agricultores e posseiros dessa situação de irregularidade. Só assim vamos fortalecer nossa economia", disse.

O senador Acir apresentou suas propostas ao presidente Michel Temer na semana passada, em reunião. Entre as propostas estão a introdução de mecanismos para a regularização imediata das áreas de até 15 módulos, a redução do prazo de emissão do título definitivo de propriedade da terra de 10 para 3 anos, e a adoção da planilha referencial do Incra para pagamento da terra em todas as desapropriações para fim de reforma agrária.

Segundo o senador Valdir Raupp (PMDB-RO), o novo marco regulatório deve possibilitar a regularização de 40 mil lotes nos próximos dois anos. "Nós temos a possibilidade de fazer para Rondônia nos próximos dois anos mais do que foi feito nos últimos 20 anos", disse.

Nesse aspecto, o governador Confúcio Moura reforçou a importância da regularização fundiária para a economia do Estado. "Se esse trabalho for feito pelo Estado temos condições de dobrar o nosso PIB em cinco anos", salientou.

Os parlamentares de Rondônia também manifestaram seus pontos de vista e reforçaram as reivindicações do governador ao presidente Michel Temer, que estava acompanhado do ministro chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha; e do ministro da Justiça, Alexandre de Moraes. Participaram ainda da reunião, os deputados federais Nilton Capixaba (PTB), Lúcio Mosquini (PMDB), Lindomar Garçon (PR) e Marinha Raupp (PMDB), além do presidente da Assembleia Legislativa, Maurão de Carvalho (PMDB); e o deputado Jesuíno Boabaid (PMN).

[Leia no site](#)

22/11 – ESTADÃO/SP - Planalto estuda MP para apressar regularização de terras

Tânia Monteiro

O presidente Michel Temer vai editar uma Medida Provisória que simplifique os trâmites burocráticos para a reforma agrária no País. A informação foi dada pelo governador de Rondônia, Confúcio Moura, que se reuniu com Temer, no Planalto, para "pedir pressa" na regularização de terras de seu estado. Com isso, o governador espera reduzir os conflitos agrários em Rondônia que, na opinião dele "se agravaram" e levaram o estado a bater recordes de violência, com 45 mortes ocorridas só este ano. "Rondônia é o estado que tem mais homicídios no país dentro e fora de assentamentos. Precisamos resolver os conflitos e a insegurança jurídica", disse o governador que acredita que a MP, que espera ser editada ainda este ano, sirva para que a regularização de terras seja feita de forma mais rápida.

Confúcio Moura lembrou que o programa Terra Legal elaborado pelo governo anterior foi desfigurado no Congresso, durante a sua votação, não resolvendo e, ao contrário, piorando os conflitos agrários. "O terra legal ficou muito burocrático e os interesses corporativos prevaleceram", declarou o governador que espera que a nova MP simplifique os trâmites da reforma agrária. Confucio pediu ainda a Temer que a União destine ao estado terras que não são usadas pelo governo federal, mas não precisou o número de hectares considerados mínimos para atender o estado. "Aceitamos as glebas do tamanho que forem e desde que o estado tenha condições de administrá-las", comentou.

O presidente do Incra, Leonardo Góes, que participou da reunião, disse um grupo de trabalho foi criado pela Casa Civil para estudar a destinação de terras da União. Segundo ele, a Casa Civil está analisando a minuta da MP que vai criar o "marco legal da reforma agrária e da titulação da Amazônia Legal". Para ele, a MP "vai tornar o processo mais transparente desde a seleção das famílias, o ingresso delas no programa de titulação, regras para definição de lotes". Com a nova MP, o governo federal espera ampliar para 70 mil o número de títulos de terra a serem entregues em todo o País em 2017, contra os quase 5 mil títulos que deverão ser entregues este ano.

[Leia no site](#)

22/11 – CANAL RURAL/SP - Índios, quilombolas e pescadores protestam no DF

Integrantes de comunidades indígenas, pesqueiras e quilombolas e quebradeiras de coco ocuparam, nesta terça-feira, dia 22, a área externa do Palácio do Planalto para protestar contra o que classificam de "programa neoliberal dos governos" e denunciar o que chamam de "retrocesso nos direitos já conquistados por essas comunidades".

Os manifestantes criticaram projetos em tramitação no Congresso – como o que transfere ao Legislativo a responsabilidade pela homologação de terras indígenas e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55, que limita os gastos públicos pelos próximos 20 anos e está em tramitação no Senado – e pedem maior rapidez no processo de demarcação de terras indígenas, quilombolas e de territórios tradicionais pesqueiros.

Eles reivindicaram também mais recursos para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Os manifestantes pediram ainda o retorno do Ministério do Desenvolvimento Agrário e maior autonomia e protagonismo das comunidades nos processos de gestão e fiscalização de territórios e áreas de preservação.

Durante o ato, uma representante da Secretaria de Governo da Presidência recebeu o documento com as reivindicações das comunidades. Os manifestantes, entretanto, ainda esperaram para serem recebidos por alguma autoridade. Entre as etnias que participam do movimento estão Pataxó, Kayngang, Kanela, Guarani, Avá, Krikati, Gavião e Tumbalalá.

Desocupação

No início da tarde, os manifestantes fecharam um acordo para serem recebidos por representantes do governo para apresentar suas demandas. Com isso, eles deixaram a área externa do Planalto. O encontro será com o os ministros da Casa Civil, Eliseu Padilha, da Justiça, Alexandre de Moraes, e da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima.

[Veja no site](#)

22/11 - PORTAL SEAD – Sead contribui para o desenho de políticas para a juventude rural

Mariana Guedes

O Brasil tem contribuído de forma efetiva para a consolidação de políticas públicas para a juventude rural no Mercosul. Um exemplo de ação foi o 5º Encontro Sul-americano de Jovens Rurais: Caminhos para o Desenvolvimento, realizado pela Reunião Especializada para a Agricultura Familiar do Mercosul (Reaf) no

início de novembro, com apoio do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário (INDAP-Chile), Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). O evento aconteceu com a participação da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead), em um percurso de mais de 800 quilômetros no Chile, e envolveu 42 jovens de 10 países – Argentina, Uruguai, Paraguai, Brasil, Chile, Colômbia, Venezuela, Guatemala, Costa Rica e Equador.

O Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, instituído há pouco mais de seis meses pelo então Ministério do Desenvolvimento Agrário (hoje Sead), foi construído com intensa participação social. Foram mais de oito anos de elaboração de propostas de políticas públicas pelos movimentos sociais, conferências nacionais de juventude e de ATER, em intenso diálogo com o Comitê de Juventude do Condraf. De acordo com o participante do evento e analista de Políticas Sociais da Sead, Leonardo Taveira, o Plano instituído no Brasil foi uma base importante para a proposta das diretrizes que foram construídas neste encontro sul-americano. “Este trabalho foi feito aqui, com ampla participação social, e contribuiu para a institucionalização, um marco de políticas públicas em âmbito sul-americano. Este é o resultado principal”, explica.

Os jovens brasileiros da sociedade civil que participaram do evento e contribuíram com as diretrizes foram a Éryka Danyelle Silva Galindo, que é assessora da Secretaria de Jovens da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), e Francisco Auri Alves Junior, que é coordenador de Juventude da Confederação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (Contraf). Éryka Galindo aponta o que considerou mais relevante: “Além das diretrizes, é importante mostrar que o jovem pode gerar renda e que no campo tem cidadania. O campo é integral, tem produção econômica, soberania alimentar, cultura e direito a cidadania”, diz.

Para Leonardo Taveira, é importante que o jovem participe da construção das políticas e que os países se empenhem para o trabalho ser continuado. “Temos agora um documento que servirá para que todos os jovens e representantes do governo levem para seus países, façam uma discussão interna sobre essas diretrizes e que os países se comprometam com isso”, explica.

A dinâmica do encontro foi estabelecer um contato direto com experiências de jovens chilenos que vivem e produzem no campo. O ônibus saiu do sul do Chile, Valdivia, e seguiu até a capital, Santiago, numa viagem que durou seis dias. A próxima Reaf deve ocorrer no ano que vem, ainda com data a ser definida.

[Leia no site](#)

22/11 – PORTAL INCRA/DF - Reconhecimento da ONU impulsiona cooperativa de assentados em Terenos (MS)

Reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma das forças na luta para “mudar o mundo”, a Cooperativa Agrícola Mista da Pecuária de Corte, Leiteira e da Agricultura Familiar (Cooplaf), sediada no assentamento Campo Verde, em Terenos (MS), fecha o ano de 2016 lançando dois projetos que atendem ao objetivo da entidade internacional. Um deles é a instalação da Escola da Família Agrícola e o outro, a criação, abate e comercialização de frango caipira, negócio a ser conduzido por mulheres assentadas.

Os projetos vão começar a sair do papel em 2017 e representam mais uma etapa importante do desenvolvimento da Cooplaf. Criada há apenas dois anos, a partir do esforço de 20 assentados, a entidade conta atualmente com 525 cooperados, responsáveis por um faturamento de quase R\$ 1,5 milhão mensais. “Começamos combatendo a fome, iniciativa que mereceu a distinção da ONU, pois atende a um dos oito objetivos definidos pela organização, onde se inclui, também, o de ter todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento”, afirma a zootecnista Carlinda Rezende, uma das integrantes do corpo técnico da cooperativa.

Além dos assentados de Campo Verde, moradores de outras áreas de reforma agrária de Terenos – Santa Mônica, Patagônia, Nova Querência, Paraíso, Nova Canaã e Guaicurus –, e pequenos produtores de mais seis municípios vizinhos passaram a fazer parte da cooperativa. “Procuramos ensinar tudo o que o pequeno

produtor rural precisa para melhorar de vida. Ensinamos como plantar, produzir e comercializar alimentos, principalmente frutas, verduras, legumes, pequenos animais, criar vacas leiteiras, entre outros, conforme a vocação de cada família”, explica Carlinda, ao acrescentar que, durante este ano, 2,8 mil famílias foram qualificadas, das quais 600 receberão certificados em fevereiro próximo.

Novos projetos

De acordo com a zootecnista, o frigorífico de aves, previsto para entrar em funcionamento no ano que vem, já atraiu 30 famílias interessadas em assumir o negócio. Sobre a Escola da Família Agrícola, ela destaca a quantidade de jovens já se inscrevendo para garantir uma vaga. “Inicialmente, vamos atender 60 alunos de oito assentamentos aqui de Terenos, depois vamos expandir com base em um levantamento da necessidade em toda a região”, adianta.

Segundo a secretária geral da cooperativa, Lucilha de Almeida, a escola vai permitir a administração de cursos profissionalizantes e do ensino médio. “Vale lembrar que a distinção da ONU dada para a cooperativa representa responsabilidade grande e estamos felizes por estarmos inseridos, conforme afirma o documento que nos foi entregue em 2015, ao Movimento Nacional da Cidadania e Solidariedade da ONU”.

Conquistas

“Em dois anos de trabalho, temos o resultado aí para quem quiser comprovar e estamos avançando”, comemora Carlinda. Entre as conquistas estão a comercialização de 400 mil litros de leite mensalmente para uma empresa de lácteos e o fornecimento de 100 toneladas de legumes e verduras para a Associação de Bares e Restaurantes de Campo Grande.

O assentado Marcos Freire Demariz e seu filho Kleber afirmam ser testemunhas dos avanços proporcionados pela Cooplaf neste curto espaço de tempo. Eles contam que tudo é bem organizado e incentivado conforme “o jeito e o gosto de trabalhar de cada um”.

Segundo Marcos, cada produto tem mercado garantido e é produzido por quem conhece e sabe trabalhar. “Também sempre estamos acreditando nas novidades do mercado. Atualmente a batata doce é a bola da vez. Está todo mundo procurando a batata doce, que viralizou como desenvolvedora de músculos. Eu, que não sou bobo nem nada, já estou plantando um bom pedaço de terra com ela”, revela o assentado.

[Leia no site](#)

Assessoria de Comunicação Social

Jornalista responsável: Jerúsia Arruda

Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER

Telefone: (61) 2020-0293 | (61) 99241-3607

imprensa.anater@mda.gov.br